



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Comissão de Indústria, Comércio e Serviços - CICS*

Apresentação: 30/10/2023 11:15:20.257 - CICS

REQ n.54/2023

### REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer a realização de visita técnica ao arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco, para averiguar os impactos econômicos causados ao comércio e aos serviços locais, devido a assinatura de um acordo entre o governo de Pernambuco e a União, que limita o turismo na ilha.

Senhor Presidente,

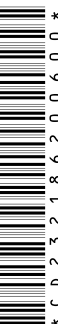
Requeiro, com fundamento no caput do Art. 9º do Ato da Mesa n. 80/2019, a realização de uma visita técnica nos próximos dias 16 e 17 de novembro de 2023, liderada por esta Comissão ao arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco para averiguar os impactos econômicos ao comércio e aos serviços decorrentes da limitação mensal de visitantes à ilha, estabelecida por acordo entre a união e o governo do estado; da falta de infraestrutura do aeroporto que impede a aterrissagem de aviões de grande porte; e das barreiras impostas à atracação de navios, dentre outros fatores.

Para tanto, sugerimos sejam convidados:

- Secretário de Turismo e Lazer de Pernambuco, Daniel Coelho;
- Administradora Geral de Fernando de Noronha, Thalytta Figuerôa Peixoto;
- Membros do Conselho Estadual de Turismo de Pernambuco (Contur-PE).

### JUSTIFICAÇÃO

O arquipélago de Fernando de Noronha vive um paradoxo. Eleito melhor destino turístico de praia do Brasil pelas principais publicações de viagem e Turismo do Brasil, tem enfrentado, desde o segundo semestre de 2022, um movimento preocupante de

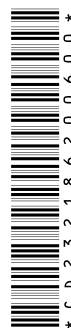


redução no fluxo de visitantes que impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico da localidade. Um conjunto de fatores, que vão desde falhas de infraestrutura à novas regulamentações restritivas, têm gerado um preocupante momento de imprevisibilidade para execução de novos investimentos e queda no dinamismo da principal atividade econômica, o Turismo, gerando perda de receitas no comércio e serviços e colocando em xeque a empregabilidade e criação de novas oportunidades para a população local.

Um dos principais entraves atuais é a proibição de pouso de aeronaves de grande porte no aeroporto do arquipélago, desde outubro de 2022, segundo determinação a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A decisão foi tomada por conta de graves problemas estruturais, como fissuras e buracos, na pista de pouso do Aeroporto Carlos Wilson que não mais atendia as diretrizes de segurança estipuladas pelo órgão regulador. Imediatamente, a Gol Linhas Aéreas suspendeu as frequências a Fernando de Noronha, enquanto que a Azul passou a adotar apenas modelos ATR, com menor capacidade de transporte de passageiros. O Governo de Pernambuco, recentemente, divulgou o cronograma para os serviços de recuperação da pista, com início previsto para fevereiro de 2024.

No primeiro trimestre deste ano, período de alta estação, o balanço realizado pela Associação de Donos de Pousadas de Fernando de Noronha apontou queda de até 80% na ocupação da rede hoteleira do arquipélago, na comparação com o mesmo período de 2022. Sem avanços significativos ao longo de 2023, a expectativa é que de nova frustração no acumulado de 12 meses.

Neste contexto de retração, o Governo de Pernambuco e a União assinaram acordo de gestão integrada de Fernando de Noronha, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da gestão patrimonial do perímetro urbano e da limitação mensal no volume total de visitantes, que passou a ser de 11 mil pessoas – 132 mil turistas por ano. A restrição vale até a conclusão de um novo estudo de capacidade, a ser elaborado levando em consideração indicadores de sustentabilidade do arquipélago. Um dos pontos que merece melhor análise é sobre a flexibilização do teto mensal nos meses de alta estação. Ou seja, a sazonalidade não foi considerada dentro do acordo entre os governos estadual e federal



Outro fator que tem contribuído negativamente para o Turismo de Fernando de Noronha é a proibição para atracação de cruzeiros, em vigor desde 2013, por conta dos critérios rígidos de proteção ambiental. No entanto, ao longo desse tempo, não houve avanço na elaboração de uma saída, como um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por exemplo. A proibição aos cruzeiros tem afastado, nos último dez anos, a chegada de visitantes com ticket médio de consumo elevado, o que promoveria maior efeito renda na localidade.

É para analisar este cenário, todas as suas implicações e avançar na construção de uma agenda de recuperação do desenvolvimento em Fernando de Noronha que apresentamos este requerimento de Visita Técnica coordenada por esta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

Sala das sessões, em                      de                      de 2023.

**Deputado Lucas Ramos (PSB/PE)**

